

BRASIL: PAÍS DO FUTURO?

Wlilian Jorge Bandeira*

Nos anos 60 e 70 era muito comum se ouvir a frase: "Brasil é o país do futuro". Na verdade a frase não era destituída de fundamento. O Brasil a partir dos anos 50 começou a construir uma estrutura industrial semelhante à dos países desenvolvidos, chegando a se colocar entre as oito potências industriais do mundo.

A frase significava para muitos uma esperança de que o país em pouco tempo poderia superar seus problemas sociais, legando a sua população altos níveis de vida. O maior destes problemas era a forte concentração de renda existente, a qual era responsável por grandes injustiças sociais, refletidas no fato de que milhões de brasileiros viviam na mais absoluta pobreza.

O processo de substituição de importações foi capaz, através de financiamento externo e a presença maciça do Estado na economia, criar uma economia nacional pujante em termos industriais, embora com fortes laços de dependência com o exterior e profundas desigualdades regionais e sociais. A dependência externa se referia a soma de recursos financeiros internacionais que entraram no país durante as décadas de 50, 60 e 70 que financiavam os blocos de investimentos governamentais em setores de bens intermediários e de insumos, tais como siderurgia, energia, combustíveis, petróleo e petroquímica, mineração, infraestrutura econômica, telecomunicações e telefonia, aviação, etc.

A outra face da dependência externa foi a formação da indústria brasileira, em que os setores mais dinâmicos foram constituídos por empresas multinacionais que se instalaram no Brasil em condições das mais vantajosas, reproduzindo no país o mesmo trajeto de seu país de origem com a vantagem de lançar produtos, tecnologia e processos totalmente desenvolvidos fora, possibilitando duplos benefícios em termos de lucratividade. Com isso, a economia brasileira se tornou uma das mais internacionalizadas e atrativas do mundo, com um montante de investimentos estrangeiros em mais de 30% do PIB, sendo a quarta economia no mundo em termos de coeficiente de abertura para o capital forâneo.

A contrapartida desse processo foi a renúncia em gerar no país um sistema de ciência e tecnologia próprio, pois a tecnologia vinha embutida nas máquinas adquiridas no exterior e na capacidade produtiva das empresas estrangeiras. Por isso, o Brasil ainda hoje aplica muito pouco em P&D, seja em institutos estatais, seja nas empresas. É exemplo disso, o baixo

desempenho das universidades brasileiras nos testes dos "provões" que são realizados anualmente pelo MEC.

A burguesia nacional se desenvolveu em setores subordinados e a reboque das empresas estrangeiras e/ou se conformou com o domínio de setores industriais competitivos e de baixas taxas de rentabilidade, incluindo-se os ramos comercial e de serviços. Em termos de setores dinâmicos somente nas indústrias do aço, do papel e celulose e do cimento ocorrem o domínio de grupos nacionais. Com isso, a burguesia nacional fica carente de identidade e com baixa capacidade de comandar um projeto nacional de desenvolvimento consistente e que priorize os interesses nacionais, sem o ranço do nacionalismo.

A introdução de empresas modernas com tecnologias de ponta no país, com um mercado de trabalho crescendo com altas taxas em virtude do forte processo migratório vigente somado a alta taxa de natalidade brasileira, constituíram uma correlação explosiva geradora de baixos salários e concentradora da renda e da riqueza nacionais, contribuindo para a exclusão de milhões de brasileiros do mercado e colocando sérios limites às escalas produtivas das empresas, com claros prejuízos a competitividade internacional do Brasil.

Até o final dos anos 70, esse modelo funcionou muito bem, apesar dos problemas colocados. Durante os anos 80, com a crise de pagamentos do México, cessou o fluxo de recursos para os países em desenvolvimento. Os Estados Unidos adotaram a política de juros altos e todo o dinheiro do mundo se dirigiu para lá. Com isso, o Brasil passou de absorvedor para exportador líquido de recursos para o exterior, através de crescentes remessas de juros, dividendos, lucros e amortizações de uma enorme dívida externa, a qual cresceu assustadoramente com a subida dos juros internacionais.

Com isso, o "círculo virtuoso" do modelo de substituição de importações se esgotou, pois o Estado perde sua capacidade de financiamento e o país precisava se ajustar para viabilizar o pagamento dos encargos da dívida. Nos anos 80, o Brasil precisou reduzir importações e investimentos, desvalorizar recorrentemente o câmbio e reduzir salários para conseguir saldos na balança comercial, visando honrar seus compromissos financeiros externos, num momento de significativas transformações nos paradigmas tecnológico e industrial.

Para se ter uma idéia do esforço brasileiro em formar uma economia moderna dentro do paradigma metal-mecânico, durante o período de 1965/80 a taxa média de crescimento do valor adicionado foi de 9,5% ao ano. Tal desempenho foi suplantado somente por Coreia do Sul (18,99%), Cingapura (11,41%) e Indonésia (10,20%) e foi significativamente melhor que a média dos países desenvolvidos (4,66%) e em desenvolvimento (6,55%) durante o mesmo período. Os complexos químico e metalmeccânico (inclusive bens de capital, bens de consumo duráveis e o setor automobilístico), que representavam 47,5% da produção industrial em 1970, foram em 1980 responsáveis por 58,8% do produto total da indústria. Portanto, a estrutura industrial brasileira não era significativamente diferente da maior parte das economias da OECD (os 32 maiores países industrializados do mundo). De fato, as três economias mais desenvolvidas tinham, aproximadamente, dois terços da sua produção industrial originada destes setores: 64,4% no caso dos EUA, 64,5% no Japão e 69,8% na Alemanha Ocidental.

No entanto, entre 1980 e 1992 a indústria de transformação brasileira teve sua produção reduzida de 7,4%, em que os setores que mais sofreram foram bens de capital (queda de 44% no período) e duráveis de consumo (queda de 8%) exatamente aqueles que lideraram o crescimento no período anterior. Mas, o mais importante, foi que o Brasil não se preparou para participar da nova economia proveniente da tecnologia informacional, a qual passou a dominar o mundo, sobretudo a partir dos anos 80. Assim, o Brasil que era o mais sério país em desenvolvimento a reivindicar uma vaga entre os países desenvolvidos, perdeu o "trem da história" e hoje se encontra muito distante do padrão internacional de desenvolvimento econômico e social, tendo que começar tudo de novo.

A nova divisão do trabalho internacional descarta a antiga divisão entre "três mundos" e "forja" uma nova divisão do trabalho em que as áreas se dividem entre os países que ingressaram na economia informacional como produtores e difusores de novas tecnologias, produtos e processos do novo paradigma que são os casos dos EUA, Japão e a União Européia.

Entre esses países, os sete mais ricos do mundo, em 1990, eram responsáveis por 90,5% da indústria mundial de alta tecnologia e detinham 80,4% do poder global do setor de computação e respondiam por diferencial extraordinário em recursos

humanos qualificados, com 15 vezes mais que os países em desenvolvimento. Em aplicações em P&D, enquanto a América do Norte aplica 42,8% do total mundial, a América Latina e a África, juntas, eram responsáveis por apenas 1% do mesmo total.

Em segundo lugar vêm os países que se integram ao primeiro grupo, que se qualificam como países receptores de novas tecnologias e realizam fortes relações econômicas com os primeiros, inclusive participando intensamente em suas áreas de influência. Entre essas áreas de influência, a asiática é a que mais cresce, tornando-se a área de maior produção industrial suplantando, portanto, as áreas americana e europeia.

O Brasil precisa de um projeto de inserção que defina setores prioritários que irão competir no mercado mundial e que serão trabalhados estrategicamente para serem competitivos. Proteger e fortalecer setores internos promotores de empregos, setores fragilizados pela concorrência, setores decadentes e trabalhar setores de tecnologia de ponta para diminuir a dependência externa. Para isso, vai precisar trabalhar um conjunto de políticas articuladas que passa por uma bateria de incentivos à iniciativa privada, aumentar os gastos das empresas em pesquisas tecnológicas, em novas técnicas de gestão, em modernização e automação e em constante capacitação em RH, marketing, produção, inovação e elaboração e implementação de estratégias competitivas.

As políticas mais necessárias são as de cunho industrial, comercial, C&T, educacional, redistribuição de renda, combate à miséria, dentre outras. Tudo isso é necessário visando manter e criar áreas de vantagens dinâmicas visando uma inserção vantajosa entre os países do segundo grupo.

Por último vêm os países excluídos pela incapacidade de absorver as novas tecnologias e pela estreiteza de seus mercados. Os maiores candidatos são países da África e da América Latina. O Brasil pode participar do segundo grupo de forma subordinada, se não resolver seus problemas estruturais através de projeto mínimo apontado acima.

O futuro do Brasil hoje é incerto. A esperança se transformou em desesperança. Grande parte de nossas crianças estão nas ruas ou em trabalhos inadequados, fora da escola, ou ainda, brigando com instituições falidas como as FEBEMs da vida. Boa parte de nossos jovens estão dominados pelas drogas ou morrendo na guerra do narcotráfico. Nossas instituições mais importantes estão sendo corroídas pelo crime e pela corrupção. Muitos políticos, magistrados e policiais fazem parte da folha de pagamento dos narcotraficantes. A violência urbana cresce intensamente e se espalha por todo o país. Tais indicadores revelam profunda deterioração de nossa sociedade que apontam para um profundo subdesenvolvimento, sinal contrário do "País do Futuro" dos anos 60/70 ●

*William Jorge Bandeira foi professor do Departamento de Economia /UFPI e um paraense apaixonado pelo Piauí. Concluiu a graduação em Economia na Universidade Federal do Pará em 1973. Na Universidade Federal do Ceará, realizou Mestrado em Economia nos anos 1974 e 1975. A partir de 1976, lecionou economia na UFPI. Estudioso dedicado das questões sócio-econômicas piauienses, tornou-se pesquisador da Fundação CEPRO (1975-1989) e seu Superintendente (1975 a 1982). Na Universidade de Campinas-SP concluiu o Doutorado em Economia em 1989. Publicou dezenas de trabalhos sobre a sócio-economia piauiense enfatizando a agricultura, indústria e o mercado de trabalho. A tese defendida no doutorado enfocou o desenvolvimento no Estado do Piauí.

HOMENAGEM PÓSTUMA

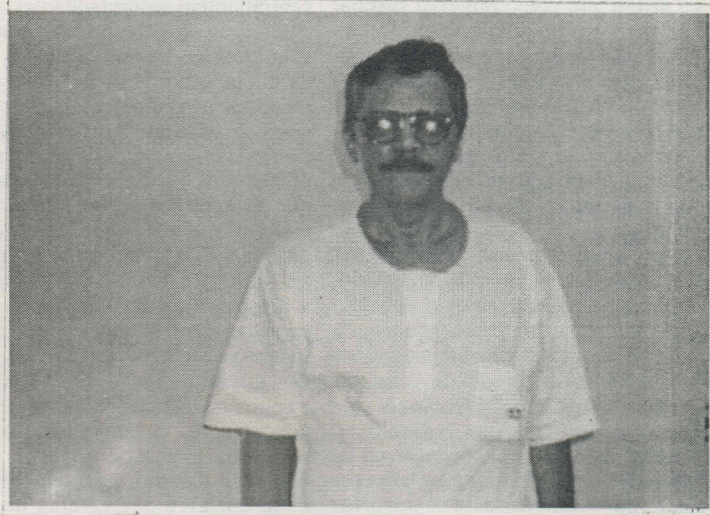


Foto: Enoia Veras/1998

★ 07.01.1947 † 09.11.2002

William Jorge: caminhos e bandeiras

Fonseca Neto - Diretor do CCHL

Uma vez mais consignamos registro sobre a morte do ilustre e ilustrado professor da UFPI, localizado por mais de 25 anos no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL).

Figura humana sob muitos aspectos distinta, W. Bandeira foi dos primeiros em nossa IFES a abrir os caminhos da formação pós-graduada, exemplar experiência junta e imediatamente seguida por vários novos pesquisadores que, no calor mesmo do tempo, constituiriam o núcleo fundante do Departamento e do primeiro curso de Economia no Piauí, em nível de graduação universitária.

Eram aqueles tempos, aliás, marcados pelo ascenso das manifestações contra a ditadura, com esperanças aflorando à pele do povo do país. A avidez pela pesquisa, pelo conhecimento aplicado, ganhava as preocupações médias de uma fração significativa da inteligência piauiense. A Fundação Cepro, ligada ao governo do Estado, irradiava iniciativas e resultados de variados estudos sobre o Piauí. Em tudo, ou quase, do Piauí inteligente, W. Jorge ia fazendo marca, cultivando um referencial.

Seus estudos pós-graduados iluminaram a estrutura fundiária piauiense, para que enxergássemos nas suas entranhas a tessitura mais de duas vezes secular de uma ordem dominadora que [como que] congelou o futuro local em bases de atraso social marcantes, ainda não de todo rompido.

Sobre ele, disse-me certa vez o professor Wall Ferraz, ser "uma pessoa que a elite dirigente do Estado deveria ter a coragem de convocar" para as tarefas de administração pública e governo. Teria papel decisivo na redenção do Piauí, com certeza. E Ferraz sabia do que estava falando.

Não diria que Bandeira deixou-nos sem-bandeira: no curso e no departamento de Economia, no CCHL e na UFPI, ele arrebatou e ergueu muitas delas, outras hasteou pelas margens, várias andam meio desanimadas; um número inumerável de outras há por serem criadas e agitadas em prol do desenvolvimento desta terra de roceiros e vaqueiros corados ao sol deste equinócio latifundido em lágrimas valentes dos que não desistem de lutar.

Ainda em dezembro, com nosso colega Felipe Mendes a animar o projeto, lançamos no CCHL, em livro, para incensar o Piauí contralatifundiário, o texto PIAUÍ: Evolução, Realidade, Desenvolvimento, um esforço de interpretação declaradamente elaborado com forte inspiração do professor de economia agora relembrado.

Foi o tributo possível que naquele instante de sua partida esta casa de estudos fizemos a William Jorge Bandeira. Além, claro, de logo em seguida termos dado à vida intelectual do Piauí e do Brasil, com o grau de economista, uma moça bonita chamada Maira Rolim Bandeira, filha-família desse homem exemplar.

É assim a caminhada.